

SERMÕES E CATECISMOS NO BRASIL COLONIAL: INSTRUIR PARA ESCRAVIZAR

Maria Cleidiana Oliveira de Almeida
Instituto Federal da Bahia

Camila Nunes Duarte Silveira
Instituto Federal Baiano - IF Baiano

Paula Ruas Ferreira
Escola Municipalizada Roberto Santos

Resumo: O presente estudo situa-se no campo da História da Educação, mais especificadamente, no contexto da educação colonial brasileira, na transição do século XVII para o século XVIII. Teve como objetivo central analisar as estratégias de dominação dos escravos africanos por meio de sermões e catecismos, com enfoque no catecismo das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, este último como um importante instrumento de formação religiosa e letramento, mas, também, como um instrumento de manipulação ideológica e legitimador do projeto escravista-cristão. Partindo do pressuposto de que os sermões e os catecismos eram elaborados de forma pensada e que tinham como finalidade convencer os fiéis, buscou-se alguns condicionamentos históricos e teológicos que pudessem ter influenciado a Igreja Católica a pensar em recursos convincentes, a exemplo das instruções catequéticas específicas para os negros cativos, elaboradas depois do levante de Palmares. A partir de revisão bibliográfica dos clássicos sobre os conteúdos em pauta, no confronto das teorias e na análise documental, conclui-se que, ao estabelecer discursos e criar uma forma da doutrina cristã direcionada aos habitantes da colônia, como uma breve instrução dos mistérios da fé para os negros escravos, a Igreja conciliou interesses cristãos, econômicos e políticos, e o catecismo expedido pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* mostrou ser um documento ideologicamente elaborado que objetivava a manipulação destes grupos e seu conformismo diante da escravidão.

Palavras chave: Educação Cristã. Manipulação Ideológica. Escravidão.

Introdução

Ao longo da história da humanidade, muitos foram os mecanismos utilizados por determinados grupos para manipular ideologicamente a sociedade onde estavam inseridos. A classe dominante, detentora do poder econômico, político e, muitas vezes, do saber letrado, não se constrangeu em usar seu poder e conhecimento como instrumento de manipulação e dominação. Dentre tantos outros, um dos instrumentos de manipulação bastante eficaz foi o discurso persuasivo, seja em sua forma oral ou escrita. Fazendo uso desse recurso, homens utilizaram falas eloquentes para validar o que desejavam anunciar. Os interlocutores acabavam acatando determinadas ideias, valores ou preceitos, construídos dentro de um discurso ideológico, que se pretendia verdadeiro ao ser anunciado pela voz do dominante.

O presente trabalho, por meio de uma análise crítica, ancorada em fontes documentais, pretendeu evidenciar que os sermões pregados pelos missionários jesuítas, bem como um dos catecismos por eles elaborados, o catecismo das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, ao utilizarem recursos linguísticos e estratégias argumentativas de convencimento, também foram instrumentos poderosos na manipulação cognitiva e emocional de seus destinatários, controladores de opiniões e ações. Isso porque tais recursos foram elementares para a organização e sistematização da formação cristã e, também, instrumentos pedagógicos utilizados pela Igreja com propósitos que, muitas vezes, ultrapassavam a esfera religiosa e educacional.

No que concerne aos sermões e catecismos, herdeiros de uma memória religiosa milenar, preservaram os ensinamentos, as tradições, as metodologias, as linguagens e as técnicas de formação cristã que foram desenvolvidos durante a longa trajetória da Igreja Católica, mas, sempre sendo remodelados para atender aos interesses, épocas e públicos distintos. Por se adequarem a contextos tão diversos, esses documentos religiosos tornaram-se memórias de épocas. Muito embora tenham sido produzidos pelas elites eclesiásticas, sua elaboração e interesses perpassavam todos os segmentos sociais daquele determinado contexto social. Os discursos religiosos apresentados nunca eram independentes do suporte da manipulação e, no caso dos sermões e dos catecismos, por trás de suas elaborações, havia sempre as articulações ideológicas e institucionais.

Outra grande coadjuvante na transmissão dos ensinamentos cristão foi a homilética, ou seja, a arte de pregar sermões religiosos. Independente de serem sermões temáticos, textuais, expositivos, segmentados ou narrativos, os sermões desenvolviam a temática religiosa e primavam pelos ensinamentos morais. Valendo-se de analogias, comparações, metáforas etc, os pregadores usavam a arte de persuadir para chegar ao âmago de seus interlocutores.

Assim, não é de se estranhar que a historiografia contemporânea tenha revelado um crescente interesse pelo tema, uma vez que seu estudo tornou-se coadjuvante da tentativa de desvelarmos as relações sociais, políticas, econômicas, educacionais, religiosas e culturais que marcaram a história. Estudar os sermões e catecismos é ultrapassar a esfera do campo das ideias religiosas, e tentar rememorar história e memórias que envolveram a sociedade ao longo do tempo, uma vez que um simples vocábulo registrado nas páginas de um sermão ou de um catecismo pode ser revelador e nos fornecer dados importantes sobre a cultura material e imaterial dos povos aos quais esses documentos eram destinados.

Os catecismos coloniais como instrumentos de formação cristã

Os termos catecismo e catequese não aparecem no Antigo Testamento, embora em várias passagens desse livro seja possível encontrar referências a ações que correspondem ao ensino religioso que futuramente daria origem aos termos destacados. “Reúna-me o povo, para que eu os faça ouvir minha palavra e aprendam a temer-me por todo o tempo em que viveres sobre a terra, e as ensinam aos seus filhos” (Dt. 4, 10), ou “O que nós ouvimos e conhecemos, o que nos contaram nossos pais, não os esconderemos a seus filhos; nós o contaremos à geração seguinte” (SI. 78 (77) 3-4). Foi esse ensino religioso judaico, inicialmente oralizado, assimilado pelos cristãos, que designou-se por Κατήχησις (*katekesis*) e o livro que, com o tempo, se tornaria o meio habitual para servir de instrumento para realizar esta tarefa foi chamado, posteriormente de catecismo (BELINQUETE, 2011).

Os Evangelhos podem ser considerados o primeiro grande “Catecismo” em que se consignou a pregação dos apóstolos, feita em um primeiro momento oralmente, e depois, foi passada para o modo escrito. Entretanto, a necessidade de regulamentar esses ensinamentos, levou a Igreja a criar manuais catequéticos escritos. Belinquete (2011) afirma que, desde sua origem, a Igreja apostólica sentiu a necessidades de exprimir e transmitir a sua fé em fórmulas breves e normativas que atendessem a todos. Diante dessa necessidade, a Igreja passou a recolher o essencial da sua fé em resumos orgânicos e articulados, destinados, sobretudo, aos candidatos ao batismo. Podemos então inferir que os catecismos foram instrumentos usados no processo de catequização e possuem uma longa história, possivelmente tão longa quanto à própria história da Igreja.

Dentre os manuais de religião utilizados pelos primeiros cristãos, merece destaque o mais antigo, ou seja, a *Didaqué*, também conhecida como *Doutrina dos Doze Apóstolos* ou *Instrução dos Doze Apóstolos*. Trata-se de um documento constituído por apenas dezesseis capítulos, porém, de grande relevância histórica e teológica, que nos permite conhecer conteúdos éticos judeus, especialmente a ética dualista de Qumram e as origens do cristianismo, uma vez que se trata de uma das fontes mais antigas da catequese, conhecida. Acredita-se que ele seja fruto de uma compilação anônima de várias fontes escritas ou orais, que retrata a tradição viva das comunidades cristãs do século I.¹

¹ De acordo com Urbano Zilles (2009), existem dúvidas acerca da autoria da *Didaqué*, mas é senso comum entre os estudiosos de História da Igreja que a mesma não tenha sido escrita pelos apóstolos, ainda que o título do escrito lhes faça menção.

Posteriormente, por meio de homilias, sermões, cartas, tratados, catequeses pré-batismais ou batismais; homens como Justino Mártir (ca. 100-165), Irineu (ca. 140-202), Clemente de Alexandria (ca. 150-215), Orígenes (ca. 185-254), Cipriano (ca. 210-258), Atanásio de Alexandria (ca. 296-373), Basílio Magno (ca. 330-379), Gregório de Nissa (ca. 335-339), Ambrósio de Milão (ca.339-397), João Crisóstomo (ca. 344-407), Teodoro de Mopsuéstia (ca. 350-428), Agostinho de Hipona (335-430), dentre tantos outros, foram verdadeiros paladinos da fé cristã, e nos legaram textos impregnados com a matriz pedagógica inicial do cristianismo (transmitida por Jesus e propagadas pelos seus apóstolos) que podem ser considerados as bases dos ensinamentos cristãos, norteadores do catecumenato, nos anos vindouros.

Entretanto, é preciso ressaltar que apesar de o catecismo, entendido como um opúsculo das verdades da fé, ser reconhecido desde os tempos mais remotos do cristianismo, somente a partir do século XVI, ele foi assumido como uma nova pedagogia catequética e meio de cultura do povo. Tanto que surgiu uma acentuada discussão, principalmente entre católicos e protestantes, sobre o exórdio dos primeiros catecismos: Seriam os catecismos um legado da Antiguidade? Ou seriam, os catecismos, uma invenção da Modernidade?

Para muitos estudiosos o catecismo propriamente dito se distingue de outros textos e obras catequéticas. O catecismo seria uma exposição das verdades da fé, apresentada de forma escrita, um texto marcado por sua oficialidade e por seu caráter de articulador pedagógico da fé e da doutrina cristã da Igreja. É o que nos afirma, por exemplo, Martins (1951, p. 19): “na linguagem atual, catecismo seria uma exposição das principais verdades da fé, elaborada por escrito, em forma de perguntas e respostas”. Além disso, afirmam que estes manuais, de fato, só teriam surgido na Modernidade, mais precisamente a partir do século XVI, com Lutero.

Além de propagadores dos preceitos religiosos cristãos os catecismos também podem ser considerados instrumentos pedagógicos relevantes, que muito auxiliaram no letramento da sociedade e tiveram um papel expressivo nas práticas educacionais exercíveis na Colônia Portuguesa da América. É o que fica evidente quando analisamos a história da Companhia de Jesus em terras basílicas, uma história que, muitas vezes, confunde-se com a própria história da educação do Brasil colonial.

Foi no cenário do Brasil quinhentista que os primeiros membros dessa ordem chegaram às novas terras, ainda sob orientação direta de Ignácio de Loyola, os jesuítas, como eram chamados, chegaram com a missão de ajudar a Coroa Lusitana a implantar a empresa colonizadora nas terras do Novo Mundo. Aos jovens missionários cabiam as funções de

missionação, de confessores, e, especialmente, a de educadores, seja nos ensinamentos cristãos ou no ensinamento da leitura e da escrita.

É preciso ressaltar que as atividades educacionais não figuravam entre os primeiros propósitos da Ordem e que, muito embora a instrução tenha sido um meio utilizado pelos jesuítas durante sua ação missionária, esse não era o principal objetivo da Companhia de Jesus. Inicialmente, podemos afirmar, a catequização e a evangelização nortearam os caminhos dos missionários. Entretanto, gradativamente, a educação e o ensino foram tomando proporções consideráveis, mas sempre relacionados ao fim religioso abraçado pelos religiosos. Em outras palavras, uma das marcas distintas dos jesuítas foi promover uma instrução escolar formal, sem desvincular a mesma da educação religiosa.

A ação dos jesuítas nas terras do Novo Mundo não foi diferente. Desde que chegaram ao Brasil, esses missionários estabeleceram, nas aldeias e cidades que foram surgindo, escolas de ler e escrever, também conhecidas como escolas de bê-á-bá. Estas escolas recebiam como alunos os filhos dos portugueses que habitavam a colônia e alguns indígenas. De acordo com Casimiro (2009), havia nessas escolas uma divisão hierárquica na transmissão do saber. Os brancos, portugueses, os filhos da elite (pouquíssimos) eram alvo de uma educação formal, longa e diversificada, preparatória para o poder e/ou para a vida eclesiástica. Os portugueses menos abastados, alguns mamelucos e os indígenas tinham acesso apenas aos rudimentos escolares: isto é, ler, escrever e contar. Já os negros, ficavam de fora. Estes últimos, desde cedo, foram alvo de uma evangelização sumária e emergencial, muitas vezes, sob a responsabilidade dos senhores de engenho (LUSTOSA, 1992), e evidentemente preparatória para se conformar com a escravidão (CASIMIRO, 2002).

Os sermões e catecismos coloniais: um projeto escravista cristão

Salvo raríssimas exceções, não se discutia a imoralidade da escravidão negra dentro da Igreja.² O que se discutia, em especial entre os missionários jesuítas, era a forma e os excessos da sua aplicação. Dentre as vozes que se levantaram denunciando os abusos cometidos por senhores e capatazes contra os negros, merece destaque, a do jesuíta Jorge Benci.

No decorrer do período colonial, os negros, arrancados violentamente da África e embarcados em navios infectos para serem escravizados no Brasil, nunca se conformaram

²Alguns padres se levantaram contra a escravidão dos negros e foram punidos por adotarem tal atitude, podemos citar alguns exemplos: Padre Gonçalo Leite (1546-1603), Padre Miguel Garcia(1550-1614), Padre Gabriel Malagrida (1689-1760).

com tal situação. A partir do final do século XVII, as insatisfações dos negros com as injustiças da escravidão tornaram-se mais incisivas, tornando os levantes mais frequentes. O levante de Palmares, por exemplo, intensificou o medo que colonos, jesuítas e autoridades régias sentiam de rebeliões negras.

Na transição do século XVII para o século XVIII, com o objetivo de evitar novos Palmares, a Igreja associou-se ao Estado para desenvolver um projeto escravista-cristão. De acordo com Vainfas (1996), mesmo citando pouco Palmares, que era considerado um assunto tabu dentro da Igreja, o levante teria levado os jesuítas a sérias reflexões acerca da escravidão africana, principalmente a uma solução quanto a conciliar a escravidão e a catequese dos negros, assunto que, há décadas, já vinha afligindo a Igreja e, principalmente, os jesuítas.³

Coincidentemente ou não, nessa época surgiram importantes obras que podem nos ajudar a entender mais claramente esse novo posicionamento da Igreja frente à escravização dos negros, como exemplo, os *Sermões* de Vieira, impressos entre 1679 e 1689, o sermonário de Jorge Benci, reunido na *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos* (1705), a célebre obra de Antonil, *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas* (1711) e as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*⁴ (1707), obra na qual se encontra o 1º catecismo elaborado para os negros escravos do Brasil.

A mensagem que tais obras buscavam introjetar nos colonizadores e colonizados variava conforme o receptor do discurso. Aos escravos recomendava-se o conformismo com a situação de cativo e a esperança de uma vida melhor após a morte. Aos senhores, o tom era quase sempre de ameaça com castigo do Céu e da Terra, caso não cuidassem da salvação espiritual e humana dos negros, negando-lhes, em alguns casos, a possibilidade da catequese e abusando do direito de explorá-los e castigá-los (VAINFAS, 1996).

Independentemente dos discursos que estas obras tentaram interiorizar em seus receptores, uma coisa é certa, a Igreja havia mudado sua forma de pensar a escravidão

³ Os jesuítas falaram pouco sobre Palmares, mas falaram muito sobre a escravidão.

⁴ As *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* é um extenso documento que traz o 1º modelo de catecismo elaborado e direcionado aos negros brasileiros. Celebradas em 12 de junho de 1707, as *Constituições* tiveram sua 1ª impressão em Lisboa, no ano de 1719, e em Coimbra, em 1720, com todas as licenças necessárias. Em 1853 foram republicadas, sendo em 2007 reeditadas, por iniciativa do Conselho Editorial do Senado Federal. As *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* são compostas por cinco livros, que começaram a ser elaborada em 1702, em um sínodo Diocesano, que contou com a assessoria de peritos e foi presidido por D. Sebastião Monteiro da Vide, quinto arcebispo do Brasil, e do Conselho de Sua Majestade, a época. A obra trata do ensino da doutrina cristã em dois momentos: no livro primeiro, quando falam da obrigação dos pais, mestres, amos e senhores de ensinar ou fazer ensinar a doutrina cristã aos seus filhos, discípulos, criados e escravos, e no livro terceiro quando se refere à obrigação dos párocos de ensinar a doutrina cristã a seus fregueses. Também é no livro terceiro que ocorre a apresentação de um catecismo para ensinar a doutrina cristã aos catecúmenos e uma breve instrução dos mistérios da fé direcionada à catequização dos escravos do Brasil. Essa breve instrução dos mistérios da fé foi o primeiro catecismo direcionado aos negros escravos que viviam no Brasil.

africana.⁵ Segundo Vainfas (1996), até o século XVI não se percebeu nenhuma preocupação da Igreja com relação à catequese dos africanos, bem como nenhuma indignação contra o apresamento injusto ou contra os castigos exagerados. Para o autor, essa tomada de consciência a partir do Século XVII, está relacionada ao crescimento do tráfico, ao aumento da escravidão no litoral e às constantes rebeliões e fugas de escravos africanos. Foi como se o temor tivesse repentinamente encaminhado os jesuítas à possibilidade de desenvolver um projeto combinando catolicismo tridentino e escravismo, no sentido de amortecer os conflitos.

Um exemplo bem claro desses discursos persuasivos para que os negros aceitassem a escravidão pode ser observado nos escritos do padre Antonio Vieira, um jesuíta que atuou na colônia durante o século XVII. Vieira, por meio de seus discursos, recomendava que os negros aceitassem o cativeiro, os castigos e as afrontas. Para ele, os negros africanos, a quem chamava de “etíopes”, eram os eleitos de Deus e feitos à semelhança de Jesus para salvar a humanidade por meio do sacrifício. Suas ideias eram habilmente encadeadas para demonstrar a similitude entre a condição dos escravos e a de Jesus:

Cristo despido e vós despido: Cristo sem comer e vós famintos; Cristo em tudo maltratado, e vós maltratado em tudo. Os ferros, as prisões, os açoites, as chagas, os nomes afrontosos, de tudo isto se compõe a vossa imitação, que se for acompanhada de paciência, também terá merecimento de martírio (VIEIRA, 1633, p.30).

Para o padre Vieira aceitar a religião católica significava aceitar a escravidão, pois a fé associada a submissão seria o veículo condutor para o reino de Deus. Esse ensinamento do missionário também aparece no XIV *Sermão do Rosário*, quando ele deixa manifesto que uma de suas grandes preocupações era explicar ao escravo o porquê de sua condição de cativo e que sua resignação diante de tal situação poderia garantir a sua salvação:

Em um engenho sois imitadores de Christo crucificado, [...] porque padecido em um modo muito semelhante ao que o mesmo Senhor padeceu na sua cruz, e em toda a sua paixão. A sua cruz foi composta de dois madeiros, e a vossa em um engenho é de três [...]. A paixão de Christo parte foi de noite sem dormir, parte foi de dia sem descansar, e taes são as vossas noites e os vossos dias. Christo despido, e vós despidos: Christo sem comer, e vós famintos: Christo em tudo maltratado, e vós maltratados em tudo. Os ferros, as prisões,

⁵ Não pretendemos aqui estabelecer nenhum juízo de valor sobre as obras citadas. Desejamos apenas mostrar que por trás de suas elaborações estavam intrínsecos os interesses ideológicos da época, ou seja, as tendências teológicas discutidas naquele momento.

os açoites, as chagas, os nomes affrontosos, de tudo isso se compõe a vossa imitação, que se fôr acompanhada de paciencia tambem tera merecimento de martyrio (VIEIRA, 1945, p. 309-310).

Ao comparar a consternação de Jesus durante o calvário com as mazelas da escravidão, o jesuíta deixa claro que não era imune aos horrores da escravidão, das injustiças praticadas pelos senhores contra seus escravos, mas que essas atrocidades eram necessárias para garantir a redenção e o reino de Deus. Por meio dessa pedagogia da escravidão, uma vez que seus escritos, na época, foram considerados instrumentos pedagógicos, Vieira buscava educar os negros, garantindo um ordenamento social, um conformismo diante do cativo e a submissão destes aos seus senhores.

Se os escravos fossem fiéis e servissem aos seus senhores, estariam servindo a Deus:

[...] quando servis a vossos senhores, não o sirvais como quem serve a homens, senão como quem serve a Deus [...] porque não servis como cativos, senão como livres, nem obedecis como escravos, senão como filhos. Não servis como cativos, senão como livres, porque Deus vos há de pagar a vosso trabalho [...] e não obedecis como escravos, senão como filhos, porque Deus, com quem vos conformais nessa fortuna, que ele vos deus, vos há de fazer seus herdeiros [...] (VIEIRA, 1988, p.56).

Ao apresentar aos negros escravos a diferença entre o cativo do corpo e o cativo da alma, o jesuíta desloca a escravidão do plano religioso e, em decorrência disso, a escravidão passa a ser liberdade, enquanto os escravos passam a ser os senhores (VAINFAS, 2011). Imprimindo na mente dos escravos a concepção cristã de escravidão, Vieira buscava com seus discursos, ideologicamente pensados, tornar os negros conformados com a situação de escravos, o que poderia impedir revoltas e posteriores levantes.

Antonil também alinhou-se ao projeto escravista-cristão, mesmo não acentuando a ideia do “pão espiritual” que, segundo ele, sairia muito caro ao projeto jesuítico. Antonil mostrou a sua preocupação com os negros ao defender o matrimônio entre os negros, ao se opor às libidinagens desenfreadas, defender os castigos moderados, opor-se às sevícias, e mostrar preocupação com a fuga dos escravos e a formação de quilombos, embora não mencionasse Palmares:

E bem é que saibam que isto lhes há de valer, porque, de outra sorte, fugirão por uma vez para algum mocambo no mato, e se forem apanhados, poderá ser que se matem a si mesmos, antes que o senhor chegue a açoutá-los ou que algum seu parente tome à sua conta a vingança, ou com feitiço, ou com veneno (ANTONIL, 1979, p.92).

Antonil escreveu esse sermão no período correspondente ao apogeu e à fase final da guerra de Palmares. Para Vainfas (1996), é impossível ver mera coincidência entre as inquietações jesuíticas com o cativo negro e o levante liderado por Zumbi:

Evitar novos Palmares, sem contudo mencioná-lo, eis uma das profundas motivações desse discurso, verdadeiro projeto de cristianizar completamente a escravidão colonial, transformando engenhos em missões, senhores em zelosos missionários, escravos em obedientes filhos de Deus. Utopia conservadora e escravista que admitia os negros no Paraíso, desde que escravos, e os condenava implacavelmente ao Inferno se incorressem no pecado mortal da rebelião (VAINFAS, 1996, p.74).

Dentre todos, o receituário mais sistemático dirigido aos senhores para tratar os escravos à moda cristã foi de Jorge Benci (1705) que, com seus sermões, impressos em sua obra *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*, empenhou-se em dar uma feição cristã à escravidão colonial, ao estabelecer uma fórmula de aconselhamento para os senhores no trato dos cativos que se baseava no: “*panis, disciplinae et opus servo* – pão, ensino ou castigo e trabalho, fórmula extraída do Eclesiástico e combinada com Aristóteles” (VAINFAS, 1986, p.73). Seus sermões foram agrupados em uma formulação doutrinária para os senhores e os escravos. Uma obra em que Benci abordou as condições de vida e trabalho dos africanos, além de fornecer regras, normas e modelos para os senhores governarem de forma cristã seus engenhos.

Também as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, fortemente influenciadas pelas ideias de Benci, corroboraram esse modelo pedagógico escravista-cristão, ao apresentarem uma forma de doutrina (catecismo) simplificada para catequizar os “rudes” escravos:

E porque os escravos do Brasil são os mais necessitados da Doutrina Christã, sendo tantas as nações, e diversidades de linguas, que passam do gentilismo a este Estado, devemos de buscar-lhes todos os meios, para serem instruidos na Fé, ou por quem lhes falle nos seus idiomas, ou no nosso, quando elles já o possuem entender. E não há outro meio mais proveitoso, que o de uma instrução accommodada á sua rudeza de entender, e barbaridade de fallar. Portanto serão obrigados os Parochos a mandar fazer copias, (se não bastarem as que mandamos imprimir) de breve fórma do Cathecismo, que vai no titulo 32 para se repartirem por casas dos frequezes, em ordem a elles instruirem aos seus escravos nos mysterios da Fé, e Doutrina Chistã, pela fórma da dita instrução, e as suas perguntas, e respostas serão as examinadas, e mais facilmente do que estudado de memoria o Credo; e outras, que aprendem, os que são de mais capacidade (VIDE, 2007: LIV.III, Tit.III, nº 8).

As *Constituições Primeiras* deixam entrever que, na prática da escravidão, os senhores cometeram sérios abusos no que se refere às obrigações religiosas que tinham para com os seus escravos; o que aconteceu, por não estarem estabelecidas as obrigações religiosas dos senhores para com eles. Os escravos, muitas vezes, não eram batizados, não recebiam os demais sacramentos, não conheciam as verdades da fé cristã, trabalhavam todos os dias da semana, não guardavam o domingo nem os dias santos. Era preciso, portanto, medidas claras que estabelecessem os deveres cristãos dos senhores, mas, que continuassem mantendo o caráter da legislação escravista.

Vejamos o que diz as *Constituições Primeiras* sobre o matrimônio dos negros escravos⁶:

Conforme a direito Divino e humano, os escravos, e escravas podem casar com outras pessoas captivas, ou livres, e seus senhores lhe não podem impedir o Matrimônio, nem o uso dellle em tempo, e lugar conveniente, nem por esse respeito os podem tratar peor, nem vender para outros lugares remotos, para onde o outro por ser captivo, ou por ter outro justo impedimento o não possa seguir, e fazendo o contrario peccão mortalmente, e tomão sobre suas consciencias as culpas de seus escravos, que por este temor se deixão muitas vezes estar, e permanecer em estado de condenação (VIDE, 2007: LIV.I, Tit. LXXI, nº 303).

E sobre a participação dos escravos nas missas:

Conformando-nos com o costume geral, mandamos a nossos súbditos, que oução Missa Conventual nos Domingos, e dias Santos de guarda da Igreja Parochial, onde forem fregueses, e a ella fação ir seus filhos, criados, escravos, e todas as mais pessoas, que tiverem a seu cargo, salvo aquelles, que precisamente forem necessários para o serviço, e guarda de suas casas, gados, e fazendas, mas a estes revesarão, para que não fiquem uns sempre sem ouvir a Missa (VIDE, 2007: LIV.II, Tit. XI, nº 367).

As *Constituições Primeiras*, em vários trechos, e citando autores da Segunda Escolástica⁷, insistem que os escravos deveriam ser batizados, poderiam se casar numa celebração cristã e que poderiam ser sepultados em terreno sagrado. Orienta que os seus proprietários deveriam deixar-lhes tempo necessário à missa dominical, bem como para

⁶ No caso do matrimônio dos escravos, as *Constituições* se basearam, especialmente, na obra *De Matrimônio*, do espanhol Tomás Sanchez (1610).

⁷ A Segunda Escolástica, também chamada de Escolástica Espanhola, surgiu em decorrência das transformações que ocorreram no século XVI, quando a filosofia escolástica clássica passou por um processo de reorganização. Os conteúdos da Escolástica Espanhola, além de discutir e normatizar muitos aspectos do Direito Internacional, decorrente dos descobrimentos modernos, também legislou e criou jurisprudência acerca de novas formas sociais e religiosas surgidas por causa da escravidão em larga escala, questões teológicas ligadas à existência da alma escrava e, principalmente, jurisprudência acerca do direito de escravizar (CASIMIRO, 2002).

receber uma instrução religiosa elementar, adaptada à capacidade de compreensão dos mesmos.

Mesmo o documento sinodal se omitiu totalmente de qualquer discussão sobre os maus tratos aplicados aos escravos, e menos ainda sobre a legitimidade do próprio sistema escravista, ele estava preocupado com a formação religiosa dos “rudes”. Até então, o sistema de catequização direcionado aos escravos negros havia sido bem diferente dos outros modelos estabelecidos na colônia. Não era uma catequese realizada como a dos indígenas, em aldeamentos, ou como a dos brancos e mamelucos, em escolas. Era uma catequese realizada nas casas, nas fazendas, nas quais os negros serviam como escravos. Alguns fazendeiros possuíam uma capela e mesmo um capelão com conhecimentos das línguas africanas para facilitar o processo. Mas, de forma geral, era uma evangelização apressada e mal feita e os próprios evangelizadores eram mal preparados.

Assim como os catecismos, os sermões organizados em pequenos opúsculos ou sínteses doutrinárias eram utilizados pelos párocos para facilitar o ensino doutrinário e transmitir as sínteses teológicas aos fiéis. Ajudando-os a fazerem o exame de consciência, e também para avaliar os conhecimentos doutrinários adquiridos. Para Pérez (1957), os sermões eram simultaneamente sacramentais (pelos seus ensinamentos dos sacramentos); ascéticos (pelos seus conselhos e normas de vida interior), e pedagógicos (impregnado de uma pedagogia social que não poderia ser desprezada). Além desses aspectos, uma análise mais crítica sobre os interesses da Igreja leva a crer que os discursos presentes nos catecismos e nos sermões tinham uma relação direta com o controle individual e social da alma do cristão, exercendo profunda influência na formação social da população da época, e, até nas suas maneiras de agir.

Para alcançar seus intuítos, a Igreja usou e abusou da teologia da redistribuição, na qual a dor e o sofrimento deveriam ser aceitos com paciência e obediência por parte dos escravos, na esperança e na certeza de uma retribuição proporcional dada por Deus após a morte. Visando uma maior aceitação de seus argumentos, a Igreja chegou a utilizar citações bíblicas e argumentos de teólogos:

[...] permaneça cada um na condição em que se encontrava quando foi chamado. Eras escravo quando foste chamado? Não te preocupes com isto. Ao contrário, ainda que te pudesses tornar livre, procura antes tirar proveito da tua condição de escravo. Pois aquele que era escravo quando chamado pelo Senhor, é um liberto do Senhor (1Co 7,22).

Ao imprimir na mente dos escravos a concepção cristã da escravidão, a Igreja Católica cumpria seu papel religioso, sua missão evangelizadora e catequizadora e, ao mesmo tempo, buscava tornar os negros escravos conformados com a situação na qual estavam inseridos. Fazendo com que os interesses religiosos e políticos caminhassem de mãos dadas.

Considerações finais

Na transição do século XVII para o século XVIII, Igreja e Estado, em uma caminhada conjunta, agiam em função de não abrirem mão dos lucros e benefícios que a escravidão negra lhes trazia. Ambos compartilhavam do entendimento de que a solução encontrada seria a cristianização dos negros. A evangelização e a catequização tornaram-se úteis para a Igreja e para o Estado haja vista que, com essas práticas, a Igreja poderia manipular a consciência dos negros, fazendo-os aceitarem mais facilmente a sua condição. Na visão dominante, uma vez que aceitassem o Evangelho estariam, ao mesmo tempo, aceitando sua submissão à Coroa e, assim, Estado Português e Igreja saíam ganhando.

Ao estabelecer discursos e criar uma forma da doutrina cristã direcionada aos habitantes da colônia, como uma breve instrução dos mistérios da fé para os negros escravos, a Igreja conciliou interesses cristãos, econômicos e políticos, e o catecismo expedido pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* mostrou ser um documento ideologicamente elaborado que objetivava a manipulação destes grupos e seu conformismo diante da escravidão.

Ante o exposto, é possível afirmar, indubitalmente, que os discursos dos religiosos que atuaram no Brasil colonial foram frutos de uma mentalidade de época e que, em alguns casos, foram embasados em sentimentos humanitário, mas não podemos esquecer que as fontes documentais deixadas pelos religiosos estão impregnadas pelo olhar da cristandade européia. Impressos engendrados por um pensamento racionalista, eurocêntrico e humanista, carregados de marcas e ideologias de homens de seu tempo. Cabe, então, a historiografia contemporânea buscar rememorar as história e memórias presentes nesses documentos, mesmo que tenha que buscar as reduções, manipulações e extirpações, realizadas por aqueles que detinham o poder e o conhecimento, e que se consideravam e a sua cultura como superiores.

Referências:

Fontes Primárias

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas minas** (1711), 2ª ed., São Paulo, Melhoramentos/INL, 1979.

BENCI. **Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos** [1705]. São Paulo: Grijalbo, 1977.

Dt.4,10. BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 1973.

MARTINS, Leopoldo Pires (ofm). **Catecismo Romano**. Petrópolis: Vozes, 1951.

PÉREZ, Martins de. **O Penitencial de Martin de Pérez, em medievo** - Portugues, in Lusitania Sacra, 1957, Tomo II.

VIDE, Dom Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007. (Impressas em Lisboa no ano de 1719, e em Coimbra em 1720).

SI. 78 (77) 3-4. BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 1973.

VIEIRA, Antônio. “Sermão XIV. Na Bahia, à irmandade dos pretos de um engenho em dia de são João Evangelista, no ano de 1633”. In: H. **Cidade** (Org.). *Padre Antônio Vieira*.

VIEIRA, Antônio, padre. Décimo Quarto Sermão do Rosário. In: HANSEN, João Adolfo (Org.). *Sermões*. Porto: Livraria Lello & Irmão, 1945. v. XI, p. 285-321.

VIEIRA, Antônio. *Sermões*. Erechim: Edelbra, 1988. V.6.

1Cor. 7, 22. BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 1973.

Estudos

BELINQUETE, José. **História da Catequese**. Portugal: Gráfica de Coimbra, 2011. v. I.

CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. **Economia cristã dos senhores no governo dos escravos: uma proposta pedagógica jesuítica no Brasil colonial**. 2002. 482f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. Evangelização, catequese e educação no Brasil: uma perspectiva histórica. **Revista Quaestio**, Sorocaba, SP, v. 11, n.1, p.11-124, maio 2009.

LUSTOSA, Oscar F. **Catequese Católica no Brasil: para uma história evangelizadora**. São Paulo: Paulinas, 1992.

VAINFAS, Ronaldo. **Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial**. Petrópolis: Vozes, 1986.

VAINFAS, Ronaldo. Deus Contra Palmares: representações senhoriais e ideias jesuíticas. In: REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um Fio**: História dos Quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

VAINFAS, Ronaldo. **Antônio Vieira**: jesuíta do rei. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. V. 1.

ZILLES, Urbano. Prefácio e tradução. In: **Didaqué** – catecismo dos primeiros cristãos. Petrópolis: Vozes, 2009.

SOBRE O(A/S) AUTOR(A/S)

Maria Cleidiana Oliveira de Almeida

Doutora em Memória, Linguagem e Sociedade, pelo PPGMLS da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB; Professora EBTT do IFBA, *Campus* Vitória da Conquista; Participante do Grupo de Pesquisa Fundamentos da Educação: Memória, Imagem, Religião e Educação, do Museu Pedagógico-UESB. E-mail: cleidinha.prof@yahoo.com.br

Camila Nunes Duarte Silveira

Doutora em Memória: Linguagem e Sociedade, pelo PPGMLS da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. Professora EBTT do Instituto Federal Baiano, *Campus* Itapetinga. Membro do Grupo de Pesquisa Fundamentos da Educação: Memória, Imagem, Religião e Educação, do Museu Pedagógico-UESB e do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Humanidades (LABHUMA - IF Baiano) E-mail: camila.silveira@ifbaiano.edu.br

Paula Ruas Ferreira

Mestre em Memória, Linguagem e Sociedade pelo PPGLMS da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Pesquisadora do Grupo Fundamentos da Educação: Memória, Imagem, Religião e Educação do Museu Pedagógico da UESB. Participante do Grupo HISTEDBR, GT – Bahia. E-mail: paularuas1@yahoo.com.br